**DEPARTAMENTO : GESTÃO PÚBLICA (GEP)**

**CURSO : MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**

**DISCIPLINA : GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: Políticas e Desafios Contemporâneos**

**PROFESSOR : REGINA SILVIA PACHECO -** regina.pacheco@fvg.br ; tel. 3799.3736 ou 3446; cel. 8111.5192

**PERÍODO : MANHÃ SEMESTRE/ANO: 1º/2012**

**PROGRAMA**

OBJETIVOs DA DISCIPLINA

Desde 1995, a organização e funcionamento do aparelho do Estado, no Brasil, têm sido alvo de novas propostas de reforma; o campo da “gestão pública” ganhou *status* de política pública. Tais propostas difundiram-se pelas três esferas de governo, pressionadas pelo ajuste fiscal, mas também por demandas sociais em prol de *accountability* e resultados.

Esta disciplina visa analisar as políticas voltadas à melhoria de gestão pública no Brasil, propostas a partir da Reforma Gerencial de 1995, chegando à agenda atual. Pretende identificar os fóruns, atores e debates em torno das propostas, assim como fazer um balanço dos avanços e principais desafios à sua implementação.

Será dada ênfase às ações direcionadas à macro-estrutura, gestão da força de trabalho, novos formatos organizacionais e contratualização de resultados.

conteúdo resumido

1. Administração Pública como campo de pesquisa
2. Políticas de gestão pública nas duas últimas décadas: visão panorâmica sobre a experiência internacional
3. Brasil, políticas públicas voltadas à gestão: desafios, propostas e balanço da implementação. Macro-estrutura, gestão da força de trabalho, novos formatos organizacionais e contratualização de resultados.
4. Experiências estaduais; o “Choque de Gestão” em Minas Gerais.
5. Políticas para a gestão pública: agenda atual e perspectivas

METODOLOGIA

A disciplina é desenvolvida por meio de aulas expositivas, debates e apresentação de casos pelos participantes. É imprescindível a leitura dos textos previamente às aulas; a cada aula, uma questão central orientará o debate – o alino deverá demonstrar ter-se preparado para debater a questão, a partir dos textos indicados . Cada aluno deverá também preparar e apresentar um caso relacionado ao tema de uma das aulas. Os participantes também deverão, ao longo do curso, monitorar jornais e *sites* e selecionar artigos sobre gestão pública no governo federal; os artigos serão sistematizados e apresentados na última aula, para compor o quadro da agenda atual e perspectivas da política de gestão pública. Ao final do curso, os participantes deverão redigir um texto no formato de artigo científico, desenvolvendo um dos temas tratados no curso; um projeto do *paper* deverá ser entregue na Aula #9.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

* participação em aula, evidenciando leitura dos textos indicados: 20%
* apresentação de um caso: 15%
* seleção de artigos na imprensa e apresentação na última aula: 15%
* projeto de trabalho final + trabalho final (formato de *paper;* individual): 50%

AULAS E LEITURAS

**Aula #1, 29fev:** Apresentação da disciplina

**Aula #2 :** Pesquisa sobre Administração Pública

Lynn Jr., Laurence E. (1994). “Public Management Research: The Triumph of Art over Science”. *Journal of Policy Analysis and Management* 13(2):231-259. Spring.

Behn, R. D. (1995), The big questions of public management. *Public Administration Review, 55(* 4):313–24.

Responder à questão: que debate se trava a partir dos dois textos? Quais são os contrapontos entre os autores?

**Aula #3:** Políticas de gestão pública nas duas últimas décadas: visão panorâmica

Manning, Nick et al (2009). Reformas de Gestão Pública: o que a América latina tem a aprender com a OCDE? In Medeiros, Paulo César e Evelyn Levy (orgs.), *Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, pp.97-148.

Questão: Reformas da Gestão Pública: *one fits for all*? discuta a partir do texto indicado.

Complementar:

Kamarck, Elaine (2003). *Government Innovation around the World*. Ash Institute for Democratic Governance and Innovation. Harvard University.

**Aula #4 :** A reforma gerencial de 1995 : diagnóstico e conteúdo das propostas; reformas anteriores

Abrucio, Fernando, Paula Pedroti e Marcos Pó (2010), “A formação da burocracia brasileira: trajetória e significado das reformas administrativas”. In Abrucio, Loureiro e Pacheco (orgs.), *Burocracia e Política no Brasil: Desafios para a Ordem democrática no Séc.XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; pp.27-72.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009). Os primeiros passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995. In Medeiros, Paulo César e Evelyn Levy (orgs.), *Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, pp.3-44.

Questão: Semelhanças e diferenças entre as propostas da Reforma de 1995 e o Decreto-lei 200.

Complementares:

Brasil, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995) *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República; “Diagnóstico”. [*http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=121*](http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=121)

MARE (1998), Os Avanços da Reforma na Administração Pública. *Cadernos MARE da Reforma do Estado* no. 15. Brasília; pp.9-35.

**Aula #5:** Macroestrutura e novos formatos organizacionais: organizações sociais e OSCIPs

Martins, Humberto (2011). “Inflexibilização”: limitações à flexibilização em parcerias com entes de cooperação”. Trabalho apresentado ao IV Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília.

Fux, Luiz (2011). Voto, Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923-5.

Questão: Os ministros do STF e a ADIn sobre organizações sociais: principais aspectos em debate.

Apresentação de caso: OSCIP. Texto de referência: Trezza, Valéria (2007),”O termo de parceria como instrumento de relação público/privado sem fins lucrativos: o difícil equilíbrio entre flexibilidade e controle”. Dissertação de mestrado, EAESP-FGV, pp.24-37 e57-88.

Complementares:

Mansur, Nacime Salomão (2006), “Gestão das Organizações Sociais”. *Debates GV Saúde* vol.1, 1º sem.2006, pp.12-15.

Mendes, Gilmar (2007). Voto, liminar, Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923-5.

Instituto Publix (2009). Diagnóstico das formas de Relacionamento da Administração Pública com Entes de Cooperação e Colaboração. Produto 2: Relatório com o Levantamento das Experiências de OS, SSA e OSCIP e sua Documentação Correlata. 357 p. Produto 4: Relatório Descritivo e Analítico das Características Jurídico-Institucionais e Operacionais das Experiências Brasileiras. Pesquisa financiada pelo Ministério do Planejamento – Projeto BRA/07/009. 148 p.

**Aula #6:** Macroestrutura e novos formatos organizacionais: “agências autônomas” – agências executivas e reguladoras

Costa, Valeriano Mendes Ferreira (2002), “A dinâmica institucional da reforma do Estado: um balanço do período FHC”. In Abrucio, Fernando e Maria Rita Loureiro (orgs.) *O Estado numa Era de Reformas: os Anos FHC*. Versão eletrônica: Brasília, SEGES-Ministério do Planejamento.

Questão: por que foi baixa a implementação, na esfera federal, da reforma das estruturas proposta por Bresser?

Apresentação de caso: Agências reguladoras no Brasil: pontos polêmicos.

Complementares:

Pacheco, Regina Silvia (2006), “Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle”. *RAP Revista de Administração Pública* 40(4):523-43.

OECD (2008), *OECD Reviews of Regulatory Reform, Brazil: Strengthening Governance for Growth.* Paris, OECD; cap.1, pp.31-80.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1998), *Reforma do Estado para a Cidadania - a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.* São Paulo: Editora 34, Brasília: ENAP. Cap.12 – Agências executivas (pp.225-34).

**Aula #7:** Gestão da força de trabalho

OCDE (2010). *Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo –Relatório da OCDE – Brasil 2010, Governo Federal.*Paris: OECD; pp.44-66 e 92-128.

Questão:Brasil, administração pública federal: uma força de trabalho pequena e cara?

Apresentação de caso : “o mito do inchaço”. Texto de referência: Moraes, Marcelo Vianna Estevão de (2009). O Mito do Inchaço da Força de Trabalho do Executivo Federal. Revista *ResPvblica*, Vol. 7 - No. 2. Brasília: ANESP.

Complementares:

Pacheco, Regina (2010). “Profissionalização, mérito e proteção da burocracia no Brasil.” In Abrucio, Loureiro e Pacheco (orgs.), *Burocracia e Política no Brasil: Desafio para a Ordem Democrática no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Marconi, Nelson (2010). “Radiografia do emprego público no Brasil: análise e sugestões de políticas”. In Abrucio, Loureiro e Pacheco (orgs.).

**Aula #8:** Políticos, dirigentes públicos e estratégias de nomeação para cargos em comissão

De Bonis, Daniel e Regina Silvia Pacheco (2010). Nem político nem burocrata: o debate sobre o dirigente público. In Abrucio, Loureiro e Pacheco (orgs.), *Burocracia e Política no Brasil – Desafios para a ordem democrática no séc.XXI*, Rio de Janeiro: Ed. FGV; pp.329-62.

Questão: Insiders ou outsiders: melhores dirigentes?

Apresentação de caso: Sistema de Alta Direción – Chile. Texto de referência: Longo, Francisco (2009). Mérito e flexibilidade revisitados. In Medeiros, Paulo César e Evelyn Levy (orgs.), *Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, pp.45-56.

Complementares:

Longo, Francisco (2006), Oferta y demanda de gerentes públicos. Un marco de análisis de la institucionalización de la dirección pública profesional”. *Revista del CLAD Reforma yDemocracia* n

 º 35., Junio.

**Aula #9 :** As críticas à reforma de 1995

Entrega de projeto de trabalho final

Pacheco, Regina Silvia (1999). “Proposta de Reforma do Aparelho do Estado no Brasil: Novas Idéias estão no Lugar”. In: Petrucci, Vera e Letícia Schwarz (orgs.), *Administração Pública Gerencial: A Reforma de 1995: Ensaios sobre a Reforma Administrativa Brasileira no Limiar do Século XXI*. Brasília : UnB / ENAP, 1999, p. 97-122.

Rezende, Flavio da Cunha (2002). Por que reformas administrativas falham? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17(50):123-42.

Questão: críticas ou críticos? Ideologia e reforma.

Complementares:

Martins, Humberto Falcão (2006). Uma teoria da fragmentação de políticas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública. In Motta, Paulo Roberto, Roberto Pimenta, Elaine Tavares (orgs.), *Novas Idéias em Administração*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. (ou tese de doutorado, cap.4-7, pp.124-96; EBAPE, 2003).

Capella, C.N. (2004). “O Processo de Agenda-Setting na Reforma da AdministraçãoPública: 1995-2002”. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; cap.6 – A dinâmica política.

**Aula #10:** Políticas de gestão pública em Minas Gerais

Gomes, Eduardo Granha M.(2009). “Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais. [Tese de Doutorado – Administração Pública e Governo FGV/EAESP]. São Paulo; pp.74-131 e 149-165.

Vilhena, Renata (2011). IV Congresso CONSAD de Gestão Pública.

Questão : Três gerações do Choque de Gestão em Minas Gerais: qual o balanço?

Apresentação de caso : remuneração variável por desempenho em Minas Gerais.

Complementar:

Pacheco, Regina Silvia (2010), Flexibildades e autonomia de gestão no Brasil: o estado da arte. *XV Congreso Internacional del CLAD*. Santo Domingo

**Aula #11:** Outras experiências estaduais

CONSAD (2010). *Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados II.* Textos de Humberto F.Martins e F.Alcoforado, Fernando Abrucio, Francisco Gaetani.

Apresentação de caso

Complementar:

CONSAD e FUNDAP (2006) *Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados.*São Paulo: FUNDAP.

**Aula #12:** Propostas do governo Lula para a macroestrutura e Comissão de Juristas

Sundfeld, Carlos Ari Sundfeld (2009). Uma lei de normas gerais para a organização administrativa brasileira: o regime jurídico comum das entidades estatais de direito privado e as empresas estatais. In Modesto, Paulo (coord.), *Nova Organização Administrativa Brasileira*.Belo Horizonte: Ed. Fórum, pp.55-65.

Questão:

Complementares:

Martins,Humberto Falcão e Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Jr. (2009). Organização governamental – Problemas e soluções em perspectiva conceitual e da administração pública brasileira. In Modesto, Paulo (coord.), *Nova Organização Administrativa Brasileira*.Belo Horizonte: Ed. Fórum, pp.247-79 (especialmente pp.257-79).

Ministério do Planejamento, Secretaria de Gestão (2009). Ante-projeto de lei: contratualização de resultados.

Ministério do Planejamento, Secretaria de Gestão (2007). “Projeto Fundação Estatal: principais aspectos”. [www.plamejamento.gov.br](http://www.plamejamento.gov.br)

**Aula #13:** Políticas para a gestão pública:

Gaetani, Francisco (2003). “As iniciativas de políticas de gestão pública do governo Lula”. *ResPvblica* nº 3, pp.104-138. Brasília.

Pacheco, Regina Silvia (2004). “Governo Lula: ausência de uma política para a gestão pública”. Texto apresentado à *2004 IPMN Conference* - International Public Management Network. Rio de Janeiro: EBAPE.

Questão:

Complementar:

SEGES (2009). *Inventário das Principais Medidas para melhoria da Gestão Pública no Governo Federal Brasileiro*. Brasília: Ministério do Planejamento. Trabalho realizado por Caio Marini.

**Aula #14:** apresentação: governo federal, agenda atual para a gestão pública e perspectivas

Apresentação (todos): artigos publicados na imprensa – gestão pública no governo Dilma.

**Aula #15 (exame final):** apresentação dos trabalhos finais (entrega dos trabalhos finais: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)